

# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio.....3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes defende manter recurso da Receita Federal..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mensagens vazadas foram decisivas para formar convicção no STF.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Erro trava repasse de isenção de tributo no gás.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN tenta na Justiça barrar pedidos de compensação cruzada de créditos..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Bia Kicis comandará a CCJ.....14

R7 - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

PEC do auxílio deve ser votada em dois turnos na Câmara nesta quarta..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
SERVIDOR PÚBLICO

Oposição quer intensificar atos contra presidente..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

'Polarização' é uma mentira da elite - VINICIUS TORRES FREIRE..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Alerta do BC bloqueia pressão para mudar PEC emergencial.....18

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

4 municípios de Goiás podem ter descumprido lei do auxílio emergencial..... 20

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auxílio emergencial: Câmara aprova, em 1º turno, texto-base da proposta que abre espaço para benefício..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem renda, população que mora nas periferias de São Paulo vê fase vermelha com descrença.  
24

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Negacionismo fiscal - ANTONIO DELFIM NETTO.....26

Quarta-Feira, 10 de Março de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

No exterior, parte do mercado e socialistas concordam sobre Lula - TODA MÍDIA .....27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brasil precisa acelerar vacinação para permitir retomada, afirma OCDE ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Pacote de Biden dará impulso à retomada global, aponta OCDE .....31

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço da celulose na China pode chegar a nível recorde .....33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Incerteza fiscal aperta condições financeiras .....35

# Economia de gatilhos prevista em PEC é menor do que gasto com auxílio



No voto. Parlamentares da Câmara dos Deputados devem iniciar hoje a apreciação e votação da PEC emergencial

**Adriana Fernandes**

A economia potencial prevista com as medidas de ajuste da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que autoriza uma nova rodada de auxílio é de R\$ 150 bilhões em dez anos para União, Estados e municípios. Para os cofres do governo federal seriam poupados R\$ 34,3 bilhões em uma década, valor inferior ao limite estipulado de R\$ 44 bilhões para a nova rodada do benefício.

Os cálculos são do especialista em contas públicas e diretor de estratégias públicas da MAG, Arnaldo Lima. "A economia potencial de gastos na União é inferior à extensão do auxílio emergencial, que passa a ser essencial para a proteção da população mais vulnerável, especialmente diante da segunda onda e das medidas de lockdown", diz Lima, ex-secretário adjunto de Política Econômica no Ministério da Fazenda e diretor de Políticas Fiscais e Sociais no antigo Ministério do Planejamento.

Para os Estados, ele calcula economia de R\$ 54,7 bilhões e nos municípios, de R\$ 60,9 bilhões.

No governo, Lima contribuiu para as estimativas de economia de várias medidas, incluindo cálculos relacionados ao teto de gastos (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**), reforma da Previdência e na própria formulação do Orçamento. Até agora, o Ministério da Economia e nem o senador Marcio Bittar, relator da PEC no Senado federal, apresentaram dados com o ganho caso os gatilhos sejam acionados. Eles são considerados o coração da PEC para a equipe econômica, que trava uma queda de braço contra o próprio presidente Jair Bolsonaro e parlamentares

para que essas contrapartidas não sejam desfiguradas na votação da Câmara e pela manutenção do valor de R\$ 44 bilhões de gastos com o pagamento do auxílio.

O maior ganho potencial de R\$ 92,9 bilhões é justamente a trava para promoções nas carreiras.

O congelamento dos salários por mais dois anos daria uma economia de R\$ 56,9 bilhões nas três esferas de governo.

Com apoio do próprio Bolsonaro, há um movimento para desidratar a potência dos gatilhos, blindando as categorias de forças de segurança especialmente.

Outros servidores também querem ficar fora do alcance do ajuste.

Facultativo. Nos Estados e municípios, a PEC já prevê um acionamento de gatilhos facultativo, quando as despesas correntes chegarem a 95% das receitas correntes. O governador e prefeito que não acionar essas medidas de contenção de gastos não poderão receber aval do Tesouro Nacional para novos empréstimos.

Segundo Lima, o mercado vai olhar com lupa a possibilidade de aprovação do congelamento da progressão automática no primeiro momento e reforma administrativa (que prevê uma reformulação do RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir servidores) no segundo momento.

"Sem essas medidas, o teto dos gastos não terá sustentabilidade", diz.

Os cálculos feitos por Lima apontam também como seria a economia de gastos caso a PEC original, apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em novembro de 2019 tivesse sido aprovada. Ela contava com a redução de jornada de trabalho e dos salários do funcionalismo em até 25%. Dessa forma, a potência da PEC emergencial seria de R\$ 281,6 bilhões em 10 anos. A União garantiria uma economia de R\$ 65,1 bilhões. Já Estados conseguiriam reduzir os gastos em R\$ 100,5 bilhões e municípios, em R\$ 116,1 bilhões.

A redução da jornada e do salário foi abandonada, porém, antes mesmo da apresentação do parecer

inicial do relator senador Márcio Bittar (MDB-AC) e pelos cálculos de Lima seria responsável sozinha por um impacto de R\$ 131,8 bilhões em 10 anos.

O economista da MAG destaca que é importante preservar os gatilhos que ainda permanecem no texto. Ele lembra que o teto de gasto não faz reforma fiscal, mas ajuste concentrado em grande parte da redução nas despesas discricionárias, as que não são obrigatórias, como investimentos.

"A PEC emergencial fortalece o teto, pois também reduz as despesas obrigatórias, proporcionando reformas fiscais duradouras", defende.

Para Lima, caso os gatilhos sejam aprovados da forma que saíram do Senado, a tendência é que o funcionalismo público apoie, no futuro, outras reformas fiscais para conseguir espaço no Orçamento para futuras negociações salariais.

Com uma lista de 38 países pesquisados nas mãos, Lima aponta que o Brasil registrou o oitavo maior déficit do governo central em 2020, o que reforça, segundo ele, a necessidade do governo federal em conseguir conciliar a aprovação do auxílio emergencial com responsabilidade fiscal.

A Câmara deve iniciar hoje a votação da PEC Emergencial, que libera o pagamento do auxílio aos mais vulneráveis.

Guedes é contra desvincular verba da Receita, diz Tostes

Para tentar conter a insatisfação dos servidores do Fisco, o secretário da **Receita Federal**, José Tostes, enviou a auditores fiscais uma nota em que afirma que o ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra a desvinculação de recursos para o órgão e trabalha para retirar o ponto da PEC emergencial em votação na Câmara dos Deputados.

No texto da PEC aprovada pelo Senado foi alterado artigo da Constituição que permite que a **Receita Federal** e administrações tributárias estaduais e municipais tenham despesas bancadas por fundos que recebem parte das multas arrecadadas por esses órgãos.

O entendimento dos auditores é que, sem uma fonte de recursos garantida, haverá um aperto ainda maior no orçamento do órgão.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

---

● **Proteção aos vulneráveis**  
“A economia potencial de gastos na União é inferior à extensão do auxílio emergencial, que passa a ser essencial para a proteção da população mais vulnerável.”

**Arnaldo Lima**

DIRETOR DE ESTRATÉGIAS PÚBLICAS  
DA MAG

.....

# Guedes defende manter recurso da Receita Federal

**FERNANDA TRISOTTO - BRASÍLIA**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, articula para retirar da proposta de emenda à Constituição (PEC) que recria o auxílio emergencial um trecho que coloca em risco a manutenção do fundo que custeia as atividades da **Receita Federal**. A previsão incluída no texto gerou protestos de servidores do Fisco.

Em reunião interna solicitada pelo secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, Guedes afirmou não concordar com a mudança na regra e informou ter entrado em contato com a Secretaria de Governo para que a pasta peça à Presidência da Câmara a manutenção da redação que, na prática, permite que receitas sejam carimbadas para sustentar o órgão.

A informação consta de um **comunicado** interno de Tostes a auditores fiscais, ao qual O GLOBO teve acesso, e foi confirmada por fonte próxima a Guedes. Procurados, o Ministério da Economia e a **Receita Federal** não quiseram comentar o caso.

O texto aprovado no Senado acabou com a ressalva que protegia o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), mas privilegiou outros fundos federais.

## CRUCIAL PARA ATIVIDADES

Os auditores fiscais começaram ontem uma mobilização nacional. Segundo o sindicato, houve adesão de cerca de 90% dos oito mil profissionais da Receita. Eles asseguram que não há prejuízo para cargas perecíveis, animais e itens para combate à Covid-19.

O presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral, argumenta que, ainda que a Receita não tenha autonomia para gastar os recursos do Fundaf, essa fonte de custeio é crucial para a manutenção das atividades.

## 'DEVE ESTAR INCOMODANDO'

Para dois ex-secretários da **Receita Federal** ouvidos pelo GLOBO, o fim da proteção ao Fundaf revela desapreço pelo Fisco.

-Se a Receita não funcionar, não vai ter dinheiro. É uma decisão lamentável e até parece que tem outros propósitos: justamente acabar com a administração tributária, que deve estar incomodando. E ela incomoda quem sonega -afirma o ex-chefe do Fisco Jorge Rachid.

Já Everardo Maciel, também ex-secretário da Receita, considera que tirar a proteção constitucional do Fundaf, enquanto outros fundos permanecerão livres, é uma questão simbólica e relevante.

Ele lembra que o texto original da Constituição trazia cinco exceções para as vinculações. A única retirada foi a da Receita. Em contrapartida, foram adicionadas mais ressalvas, que agora somam 26.

-É desnecessário, gratuito portanto, é desapreço ao Fisco e não faz o menor sentido. Se pouparam até o fundo do café-diz Everardo.

Os recursos do Fundaf criado em 1975, são usados na manutenção de equipamentos, sistemas informatizados, portais (como o do comércio exterior), programa do Imposto de Renda e outros. Também são fonte para atividades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ele é composto por multas e juros de quem não faz os pagamentos ao Fisco em dia.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mensagens vazadas foram decisivas para formar convicção no STF

**ANÁLISE Ricardo Balthazar - são paulo**

Na primeira vez que os ministros do Supremo Tribunal Federal se debruçaram sobre questionamentos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à isenção do juiz que o condenou no caso do triplex de Guarujá, as queixas foram rejeitadas por decisão unânime da Segunda Turma da corte.

Em fevereiro de 2018, uma semana após a confirmação da sentença de Sérgio Moro pelo Tribunal Regional Federal da 4a Região, o ministro Edson Fachin barrou três recursos apresentados pelos advogados de Lula contra decisões do Superior Tribunal de Justiça que haviam desprezado os questionamentos.

No fim de março, os agravos foram recusados pelos demais ministros. Outros dois integrantes da atual composição da turma, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, participaram do julgamento e acompanharam Fachin. Para eles, não havia nenhuma ilegalidade que justificasse a revisão das decisões.

Uma semana depois, o STF discutiu um habeas corpus apresentado por Lula para evitar a prisão antes do esgotamento dos recursos que podia mover contra a condenação nos tribunais superiores. A corte se dividiu, Lula perdeu, e Moro o mandou para a prisão, deixando-o fora da eleição presidencial.

O habeas corpus em que o ex-presidente pede o reconhecimento da suspeição do ex-juiz, cujo julgamento foi retomado nesta terça-feira (9), foi apresentado ao STF uma semana após a eleição de Jair Bolsonaro e recorre, em sua essência, aos mesmos argumentos que já tinham sido ignorados.

Como Gilmar e Lewandowski deixaram claro ao votar pela anulação dos processos de Lula, o que fez diferença agora foi o conteúdo das mensagens trocadas pelos integrantes da Lava Jato como juiz nos bastidores da operação e que vazaram em 2019, citadas profusamente por ambos em seus votos.

O site The Intercept Brasil, a Folha e outros veículos jornalísticos foram os primeiros a divulgar o material, que veio à tona após a invasão de contas de integrantes da Lava Jato por hackers. Os advogados de Lula conseguiram acesso aos arquivos no início

deste ano, numa ação paralela movida no STF.

Para evitar discussões sobre a validade jurídica das mensagens, a defesa do ex-presidente não anexou o material ao habeas corpus que questiona a imparcialidade de Moro, mas a medida era desnecessária. Como Gilmar e Lewandowski demonstraram ao citá-las, ficou impossível ignorar os diálogos.

No habeas corpus, os advogados apontam como demonstração de sua falta de isenção as principais decisões tomadas por Moro durante as investigações sobre Lula e na condução dos processos que tratam de suas relações com empreiteiras envolvidas como esquema de corrupção descoberto na Petrobras.

Antes da revelação das mensagens, Moro, o TRF-4 e o STJ rejeitaram todos os questionamentos argumentando que suas decisões tinham sido fundamentadas de acordo com a lei, que as medidas não implicavam em perseguição a Lula e que haviam sido revistas e confirmadas pelos tribunais.

No STJ e também no Supremo, prevaleceu sempre o argumento de que só seria possível revisitar o assunto se fosse possível identificar ilegalidades gritantes nas decisões tomadas por Moro, sem reexaminar os processos da primeira instância. Até esta terça, ninguém tinha achado que era o caso.

Ao expor a proximidade de Moro com os procuradores à frente das investigações em Curitiba e métodos de legalidade duvidosa na condução das investigações e dos processos da Lava Jato, as mensagens enfraqueceram os argumentos usados pelo ex-juiz e seus aliados no auge da operação.

A melhor demonstração do efeito das mensagens vazadas sobre os ministros do Supremo foi o comentário seco que a ministra Cármen Lúcia fez durante a exposição de Gilmar, depois que ele leu um diálogo dos procuradores sobre a interceptação do telefone do escritório de advocacia que defende Lula.

"Gravíssimo", ela disse. Cármen presidia o STF na época da prisão de Lula e seguiu Fachin na primeira etapa do julgamento do habeas corpus, em dezembro de 2018, quando ambos votaram pela rejeição do pedido do petista. A aposta é que ela mudará seu voto

para declarar a suspeição de Moro.

Sabe-se que o ramal principal do escritório foi grampeado com autorização de Moro desde março de 2016, quando ele mandou encerrar a interceptação dos telefones de Lula e divulgou o conteúdo de suas conversas, e a medida foi alvo de questionamentos do ex-presidente em todas as instâncias.

Moro e os procuradores da Lava Jato sempre argumentaram que o número tinha sido alvo da interceptação porque estava associado à empresa de palestras de Lula nos registros da **Receita Federal**, e que nenhuma das conversas gravadas pela Polícia Federal tinha sido despertado algum interesse dos procuradores.

As mensagens vazadas enfraqueceram esses argumentos ao demonstrar que Moro e os procuradores da operação recebiam relatos sobre o conteúdo dos diálogos interceptados e até conseguiram antecipar movimentos da defesa de Lula e reagir a eles com as informações obtidas pela escuta telefônica.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**61**

# Erro trava repasse de isenção de tributo no gás

**Nicola Pamplona**

Um erro do governo na edição do decreto que isentou o botijão de gás dos **impostos** federais vem impedindo o repasse do benefício ao consumidor. A medida foi publicada no dia -2, mas o setor diz que até agora a Petrobras só emite notas com a incidência dos **tributos**.

Na última semana, em vez de perceber queda no preço, o brasileiro pagou mais pelo botijão. Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do produto subiu 0,7% ante a semana anterior, para R\$ 81,43.

O problema, de acordo com empresas do setor, é resultado da falta de regulamentação do decreto que estabeleceu a isenção, que não definiu como separar os volumes de gás de cozinha destinados a botijões de 13 quilos daqueles volumes vendidos em vasilhames maiores ou a granel.

O desconto prometido pelo governo reduziria o preço em R\$ 2,18 por botijão. Foi anunciado ao mesmo tempo da isenção de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, como parte de um esforço do presidente Jair Bolsonaro para enfrentar a insatisfação dos consumidores com a escalada dos preços dos combustíveis.

O presidente da Abragás (entidade que reúne os revendedores de gás de cozinha), José Luiz Rocha, afirma que o decreto limitou o benefício ao gás vendido para consumo residencial em botijões de 13 quilos ou menores, mas a Petrobras, que é responsável por recolher os **impostos**, não tem como identificar o destino do produto.

Esse papel é das distribuidoras e dos revendedores. As primeiras definem, de acordo com a demanda de seus clientes, quanto gás vão envasar em botijões menores e quanto destinarão a outros tipos de vasilhames.

Os últimos é que têm o contato com o consumidor final e poderiam saber se o uso é residencial. "O gás é um só. Como dividir o que vai para 13 quilos e o que vai para granel?" questiona Rocha.

"A Petrobras depende dessa informação para emitir

notas fiscais diferentes."

Petrobras, **Receita Federal** e distribuidoras vêm trabalhando para resolver o impasse, mas as alternativas propostas até o momento criam um ambiente de insegurança jurídica para as empresas do setor.

O setor negocia um mecanismo de autodedaração, no qual as distribuidoras informariam à estatal quanto gás pretendem envasar em botijões de 13 quilos a cada compra do produto. A expectativa é que os primeiros descontos comecem a chegar ao mercado ainda nesta semana.

As distribuidoras de gás argumentam, porém, que a solução gera riscos e temem punições caso as previsões de destinação do gás não se confirmem. E reclamam de que o modelo pode levar a fraudes, com a venda em vasilhames maiores de gás com isenção de **impostos**.

Até março de 2020, a Petrobras tinha preços diferentes de acordo com o destino do produto: o envasado em vasilhames de 13 quilos era mais barato que os outros usos. Mas quem definia os volumes era a ANP, com base no histórico de vendas de cada distribuidora.

As empresas do setor defendem que o modelo volte a ser utilizado, mas a proposta enfrenta resistência da **Receita Federal**.

No mercado, a avaliação é que a isenção foi anunciada sem planejamento e tem efeitos adversos, como subsidiar consumidores de alta renda. Segundo a Abragás, consumidores de baixa renda representam cerca de 25% das vendas de botijões no país.

"De novo, o governo deu subsídio para quem não precisava", diz ele.

"Se o governo precisa ajudar a baixa renda, tinha que ter criado programa de governo para atender essa população."

Em 2021, o preço médio do botijão no país já subiu 8,4%, acompanhando a alta das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização do real, movimento que vem impactando fortemente também

gasolina e diesel.

A escalada dos preços se tornou um dos principais focos de preocupação do governo e levou ao anúncio de troca no comando da Petrobras.

Em nota, a estatal disse que, "para que seja possível segregar os volumes de faturamento incentivado dos volumes de faturamento não incentivado, os distribuidores devem apresentar ao produtor de GLP [gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha] declaração de destinação de produto".

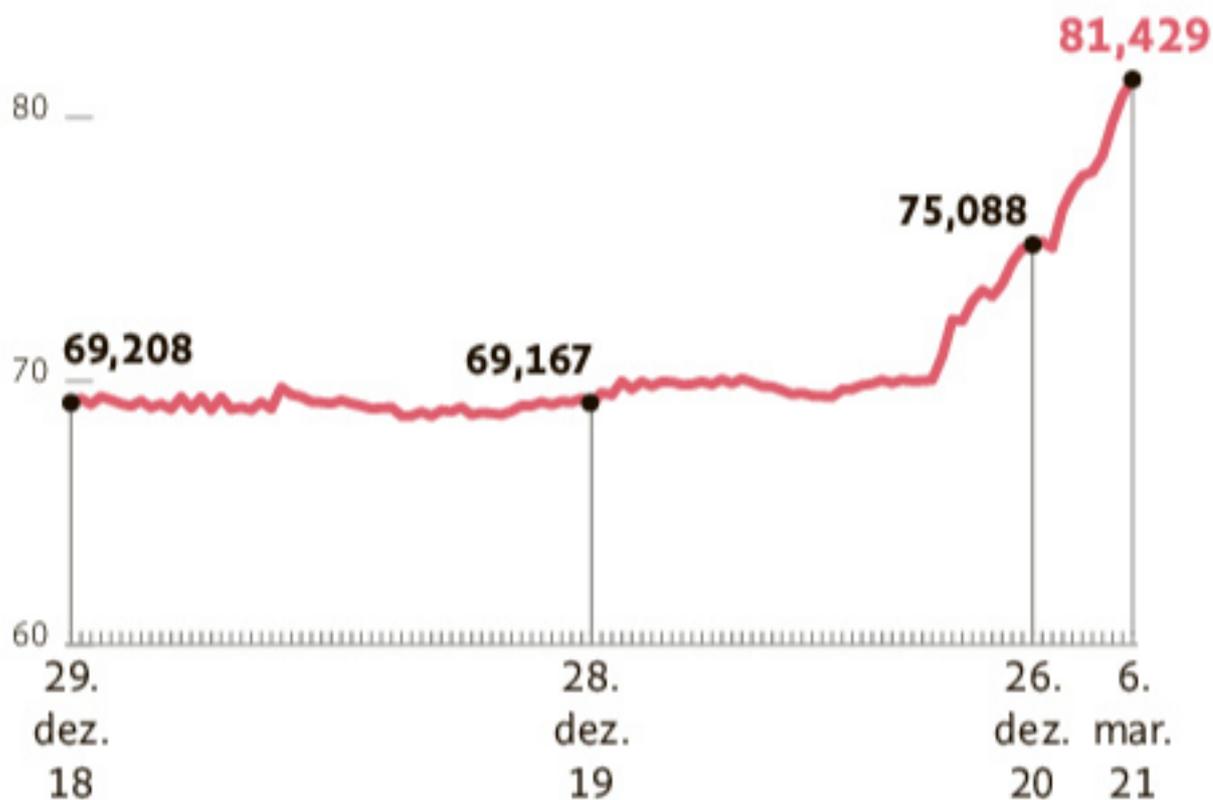
Segundo a empresa, empresas que apresentaram declarações já conseguiram adquirir o produto com desoneração.

**Receita Federal** e os ministérios da Economia e de Minas e Energia não haviam se pronunciado até a publicação deste texto.

**Site:** <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

## Preço do botijão de gás no governo Bolsonaro

Preços semanais, em R\$ por botijão de 13 kg



Fonte: ANP

# PGFN tenta na Justiça barrar pedidos de compensação cruzada de créditos

*Laura Ignacio De São Paulo*

A recente discussão judicial sobre a possibilidade de pagamento de débitos previdenciários com créditos de **tributos** federais - especialmente os de PIS e Cofins gerados com a exclusão do ICMS - chamou a atenção da Fazenda Nacional. Os procuradores em São Paulo (3a Região) colocaram sob acompanhamento especial ao menos 54 processos de grandes empresas que buscam a chamada compensação cruzada.

A Lei nº 13.670, de 2018, viabilizou esse tipo de compensação, mas apenas de créditos e débitos apurados após a vigência do eSocial, sistema que permite ao Fisco acompanhar os pagamentos ao **INSS** em tempo real. Na prática, segundo advogados, trata-se de uma desoneração indireta da folha de salários, que ajuda as empresas a terem mais fôlego de caixa.

A luz amarela acendeu na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) após o Grupo SBF, dono da Centauro, conseguir a primeira liminar favorável. Depois dessa decisão, os procuradores conseguiram barrar na Justiça os pedidos do GPA (Pão de Açúcar), da Camil, da fabricante de tintas The Valspar e da Expresso de Prata. Mas ainda cabe recurso.

O principal objetivo das grandes empresas, com os processos, é dar vazão ao grande volume de créditos obtidos com a exclusão do ICMS do PIS e da Cofins. O GPA, nas suas demonstrações financeiras, relata ter R\$ 1,6 bilhão. A Camil, R\$ 64,2 milhões. E a Expresso de Prata cerca de R\$ 10 milhões.

Na Justiça, empresas e Fazenda Nacional divergem sobre quais créditos são válidos na compensação cruzada. Pela interpretação dos procuradores, o fato gerador do crédito deve ser posterior à adesão do contribuinte ao eSocial. Já os contribuintes alegam que a data da decisão judicial final (trânsito em julgado) que reconhece o direito deve ser subsequente à entrada no sistema, o que estende o prazo para uso dos valores.

A liminar que beneficia a Centauro foi obtida na 2a Vara Cível Federal de São Paulo (processo nº 5021593-13.20204.03.6100). O Grupo SBF, segundo prospecto ao mercado, tinha em 30 de setembro de 2020 R\$ 420,99 milhões em créditos de PIS e Cofins com a exclusão do ICMS.

No caso da Centauro, a Justiça acatou o argumento de que vale o momento em que a empresa obteve a decisão transitada em julgado. A Fazenda pediu a suspensão dos efeitos da liminar. Não conseguiu. Mas obteve efeito suspensivo no processo do GPA (processo nº 5001068-40.2021.4.03.0000). O grupo havia obtido sentença favorável.

Ao analisar a apelação no caso GPA, o desembargador Helio Egydio de Matos Nogueira concluiu: "Extrai-se da leitura do dispositivo legal que há expressa vedação à compensação de débitos relativos a contribuições previdenciárias e contribuições devidas a terceiros (artigos 2o e 3o da Lei nº 11.457/07) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para a apuração das referidas contribuições".

Procurador da Divisão de Acompanhamento Especial da 3a Região, Mareio Crejonias afirma que, embora não haja determinação em lei sobre a partir de qual momento o crédito tributário existe, "a interpretação consagrada na doutrina é de que sua apuração ocorre a partir do pagamento indevido, que é o fato gerador". Para ele, a decisão judicial só reconhece um crédito preexistente.

Crejonias considera a tese das empresas "bastante frágil" e até "esdrúxula". "A compensação é um direito do contribuinte, mas existe esse corte temporal, da data da apuração do crédito. A não ser que uma nova lei revogue a vedação imposta pelo artigo 26-Ada Lei 13.670", diz.

Com o crescimento de mandados de segurança com pedido de liminar, a procuradoria vem fazendo uma espécie de trabalho preventivo. "Assim que uma ação é distribuída, antes de recebermos a citação, já apresentamos defesa", afirma o procurador. "Apesar do contribuinte com liminar já poder usar o crédito, se ele perde a discussão de mérito lá na frente, terá que pagar o débito indevidamente compensado com juros e multa." Os tributaristas contestam a argumentação da Fazenda. A advogada especialista em direito previdenciário Cristiane Matsumoto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, diz que a Lei 13.670 não dispõe sobre o momento do fato gerador do crédito.

"Um crédito só pode ser habilitado pelo trânsito em

julgado. Antes disso há uma expectativa de direito. O crédito não existe ainda", diz.

A grande maioria dos créditos de PIS e Cofins sem o ICMS da Expresso de Prata transitaram em julgado após a adesão ao eSocial, segundo Gilberto Andrade Júnior, sócio do AFM Sociedade de Advogados, que representa a empresa (processo nº 5004511 - 66.2020.4.03.6100).

Edson Franciscato Mortari, também sócio do escritório, afirma que já foi apresentado agravo e a negativa ao pedido da empresa foi mantida. "Mas há expectativa de reviravolta na análise do mérito", diz.

"Alegamos que, com base na Instrução Normativa da **Receita Federal** nº 1717, a empresa precisa primeiro credenciar o trânsito em julgado, para só depois habilitar o crédito e fazer a compensação cruzada", acrescenta Gilberto Andra-de Júnior. Ele afirma que o setor de transporte rodoviário de passageiros foi afetado pela pandemia em mais de 70% do faturamento.

Para o tributarista Fernando Westin Marcondes Pereira, do escritório Ayres Ribeiro Advogados, a discussão pode ir parar no Supremo Tribunal Federal. Como a implementação do eSocial aconteceu em fases, a depender do faturamento da empresa, explica, se a Fazenda permitir a compensação cruzada a partir da data de cada fase, pode-se alegar violação ao princípio constitucional da isonomia.

Do mesmo escritório, Caio Malpighi diz que o objetivo final da procuradoria é restringir ao máximo o uso de créditos, "na mesma linha da **Receita Federal**". Na semana passada, o órgão montou uma equipe para verificar os créditos aos quais as empresas dizem ter direito.

A Camil (processo nº 5018774-06.2020.4.03.6100) e a Sherwin Williams, que é controladora da The Valspar (processo nº 5003058-91. 2020.4.03.6114), não comentam processos em andamento. Por nota, o GPA diz que o mandado de segurança aguarda julgamento do mérito em segunda instância. A Centauro preferiu não se manifestar.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186732](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186732)

## Bia Kicis comandará a CCJ



A reunião de líderes partidários com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), ontem, definiu os presidentes das comissões permanentes da Casa e a deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) comandará a de Constituição e Justiça (CCJ) - considerada a mais importante, pois é a que verifica a legalidade e a constitucionalidade de propostas de emendas constitucionais e projetos de lei. Ela foi indicada pelo PSL, que é a maior bancada.

Apesar de as legendas indicarem os nomes para presidir os colegiados, eles terão que ser confirmados em uma eleição realizada entre os integrantes de cada comissão. Esse pleito deve acontecer hoje, quando as comissões serão instaladas.

A articulação para a indicação de Bia Kicis para a CCJ foi mal recebida dentro e fora da Câmara, sobretudo, porque ela é investigada no inquérito dos atos antidemocráticos, que corre no Supremo Tribunal Federal - investigação que apura a organização de manifestações de radicais bolsonaristas pregando várias medidas inconstitucionais, como um autogolpe chefiado pelo presidente e o fechamento do Congresso e do STF. Além disso, ela é acusada de estar por trás de várias manifestações contrárias às medidas decididas pelo governador Ibaneis Rocha contra a propagação da covid-19 pelo Distrito Federal, como, por exemplo, as restrições impostas ao comércio.

Bia Kicis, porém, nega envolvimento com qualquer desses eventos. Pesa contra ela, também, a atitude que tem em relação à pandemia, considerada desdenhosa, pois, diversas vezes, disse ser contra o uso de máscaras e medidas de isolamento social - apontadas pelas autoridades sanitárias como as únicas eficazes para conter o avanço da doença.

A deputada havia sido primeira vice-presidente da CCJ no período em que Felipe Francischini (PSL-PR) esteve à frente do colegiado. Mas, em 2020, não houve atividade das comissões devido à pandemia de covid-19.

### Outras definições

Outra parlamentar fiel ao presidente Jair Bolsonaro, Carla Zambelli (PSL-SP), comandará a Comissão de Meio Ambiente. Ela também é conhecida pelo discurso que nega a devastação da Amazônia e que as pressões externas pela preservação do bioma é porque existem interesse nas riquezas do subsolo da região.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) presidirá a Comissão de Educação. Em 2020, ela foi relatora da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) estará à frente da Comissão de **Seguridade Social**, enquanto que a de Relações Exteriores, que também era do PP pela proporcionalidade da bancada, foi entregue a Aécio Neves (PSDB-MG) - cuja indicação criou mal-estar entre setores do partido. Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) vai para o comando da Comissão de Finanças e Tributação.

# PEC do auxílio deve ser votada em dois turnos na Câmara nesta quarta

## **Veja também**

Após aprovar a admissibilidade da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do auxílio emergencial, a Câmara dos Deputados deve votar o mérito nesta quarta-feira (10), em dois turnos. A proposta abre espaço fiscal para que o governo Bolsonaro volte a pagar o benefício com valores entre R\$ 175 e R\$ 375 já a partir de março.

Antes da votação, a PEC vai passar pela Comissão Especial da Casa, que deve proferir novo relatório sobre a medida. O presidente da Câmara, deputado Artur Lira (PP-AL), confirmou que a votação em dois turnos vai ocorrer nesta quarta (10). Para Lira, é importante apressar a aprovação da PEC para possibilitar o pagamento de novas parcelas do benefício à população imediatamente. O relator da proposta na Câmara é o deputado Daniel Freitas (PSL-SC).

Leia também: IR: quem recebeu indevidamente o auxílio, terá de devolver o valor

A medida vai permitir ao governo federal pagar novo auxílio emergencial em 2021 com R\$ 44 bilhões por fora do teto de gastos, ao mesmo tempo em que impõe mais rigidez para a aplicação de medidas de contenção fiscal caso os gastos do poder público atinjam 95% das despesas totais da União. No caso de estados, Distrito Federal e municípios, por causa da autonomia federativa, essas medidas serão facultativas.

Com estes gatilhos de controle de gastos, alguns órgãos não poderão conceder aumento aos servidores, realizar concursos e conceder incentivos fiscais. Por causa deste corte de gastos com o funcionalismo público, a proposta foi alvo de críticas da oposição, que entrou com requerimentos para retirada da proposta da pauta e também por sua obstrução.

Quatro parcelas

A duração do novo auxílio, sua abrangência e o valor individual ainda serão definidos pelo Poder Executivo em medida provisória após a promulgação da PEC. O governo já adiantou que serão quatro parcelas a partir de março de, em média, R\$ 250. Para mulheres

chefes de família será de R\$ 375 e, no caso de homens sozinhos, R\$ 175.

Encerrado oficialmente em dezembro do ano passado, depois de pagar R\$ 294 bilhões para 68 milhões de brasileiros no período de oito meses, o auxílio emergencial desta vez terá um pente-fino do governo que contará com 11 bases de dados, dentre elas o Caged, **INSS**, MEI, CNIS e Imposto de Renda, para restringir o benefício para quem realmente precisa. A expectativa é que desta vez sejam beneficiadas 40 milhões de pessoas.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/pec-do-auxilio-deve-ser-votada-em-dois-turnos-na-camara-nesta-quarta-10032021>

# Oposição quer intensificar atos contra presidente



Em minoria no Congresso, a oposição, dividida, busca forçar com mobilizações nas ruas a renúncia do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, a quem acusa de corrupção e ineficiência na gestão da pandemia de covid-19. Líder do Partido Liberal, Efraín Alegre, que enfrentou Abdo Benítez nas eleições de 2018, apresentou um pedido para iniciar debates em torno do impeachment, mas sem chances aparentes de prosperar.

"Se os parlamentares não ouvirem o clamor popular, terão que partir também", disse Alegre à agência de notícias France-Presse. "As pessoas que se manifestam hoje são as que irão resolver o futuro do país", acrescentou o político derrotado por Abdo Benítez nas urnas.

Estudantes, trabalhadores e funcionários públicos, habitantes da zona urbana sem liderança política visível, convocaram um novo protesto ontem, pelo quinto dia consecutivo, com o lema "até a saída de Marito", nome pelo qual o presidente, 47 anos, é popularmente conhecido. Os paraguaios se ressentem da falta de medicamentos e de vacinas para enfrentar a pandemia da covid-19.

"Os que se mobilizam são, em sua maioria, cidadãos da classe média, que raramente saem às ruas. As pessoas se cansaram das negociatas escandalosas e dos roubos em nome da pandemia", assinalou o senador do Partido Liberal Victor Ríos.

Abdo Benítez conquistou o apoio dos dissidentes de seu partido Colorado, liderado pelo influente empresário e ex-presidente Horacio Cartes, para bloquear momentaneamente qualquer pedido de impeachment. No entanto, para apaziguar a fúria popular, ele promoveu uma reforma em seu gabinete.

O presidente trocou quatro ministros, incluindo o da Saúde, "por uma questão de pacificação". A mudança, entretanto, não alcançou os objetivos almejados. Com 7 milhões de habitantes, o Paraguai se aproxima de 170 mil casos e ultrapassa 3,3 mil mortes por covid-19.

Para o analista político Carlos Mateo Balmelli, a justificativa para a onda de manifestações "é eminentemente ética". Ouvido pela AFP, ele observou que as mobilizações não são lideradas por dirigentes sindicais de trabalhadores ou camponeses. "Esses protestos não buscam uma reivindicação política, uma luta pela liberdade ou pelo poder. É uma simples reação contra a corrupção que se aproveita da pandemia", disse.

Na avaliação de Balmelli, o Paraguai não lidou bem com a pandemia, apesar dos elogios que recebeu em 2020 de governos e organizações internacionais. "A quarentena precoce e prematura de sete meses fatigou o povo. Levou muitos à ruína econômica. Não impediu os contágios, que, hoje, alcançam seus níveis mais altos. Os remédios são escassos e há claras denúncias de corrupção. A política local tornou-se obscena. É isso que provoca a fúria do povo", sintetizou.

# 'Polarização' é uma mentira da elite - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

Jair Bolsonaro tentou sabotar todas as providências de contenção de gastos da mudança "Emergencial" da Constituição, aquela que vai autorizar também o novo auxílio emergencial.

De efeitos práticos maiores nas contas do governo, a PEC Emergencial vai impedir o aumento de gastos com **servidores públicos** por alguns anos e aumentar alguns **impostos**. Na verdade, a emenda vai exigir que se cancelem algumas reduções especiais de **tributos** para indivíduos e empresas, por meio de lei. Se a lei pegar haverá um aumento de **impostos** de cerca de 0,2% do **PIB** por ano.

Bolsonaro queria cancelar tudo isso, mas, até a noite desta terça-feira (9), os deputados haviam decidido deixara PEC como/oi aprovada no Senado (onde já havia sido amputada e lipoaspirada).

Esse é o presidente e futuro candidato à reeleição compro metido com as "reformas" e o "ajuste/iscaí"? Esse que não fez abertura comercial. Nenhuma privatização. Quase nenhuma concessão de empreendimento à iniciativa privada que não tivesse sido já preparada no governo Michel **Temer**. No seu g0 verno, fez-se uma reforma da Previdência (em parte sabota da por Bolsonaro) que era consenso do estabelecimento que não contou com oposição popular quase nenhuma, nem da esquerda semi-morta.

Esse é o candidato de um dos extremos da "polarização" que haverá caso Lula da Silva seja candidato em 2022, diz o clichê de burrice sórdida que escorre da boca dos povos dos mercados desde a segunda feira (8).

Bolsonaro não é coisa alguma além de um projeto de tirano. Não é um contra-ponto ao "esquerdismo" do PT porque, afora o horror, é um vazio. Quem o sustenta no poder, a elite econômica quase inteira, por colaboracionismo, outras ações e omissão, não tem mais desculpa alguma de desilusão quanto ao liberalismo do capitão da extrema direita, ideia que sempre foi grotesca.

A elite colaboracionista ou omissa ora está na posição de ter contratado um capanga que saiu do controle, um dos capatazes que chamou para manter o PT

longe do poder.

O lulismo-petismo, de resto, foi um projeto suave de incorporação de pobres ao universo do consumo, de chegada minoritária de algumas minorias ao poder, de imobilismo na reforma econômica e social de fundo, combinados a uma vasta distribuição de subsídios e outras proteções ao capital, fundos que financiaram a formação de conglomerados e oligopólios, fora a roubança, parte muito menor do jogo.

Ainda assim, boa parte da elite pagou e talvez ainda pague qualquer preço para manter o PT (ou equivalente) ao largo, mesmo que o custo seja Bolsonaro. Na melhor das hipóteses, gostaria de enfrentar o bolsonarismo com um vazio à esquerda, como se a vaga no segundo turno fosse conquistada por WO (ou por essas decisões escabrosas da Justiça).

Mas, mesmo quando Lula estava expulso de campo, mesmo a parte melhorzinha dessas elites/oi incapaz de articular ou apoiar qualquer candidatura ou movimento político alternativo, o nome fantasia que tivesse, "centro" "centro-direita". Agora mesmo dá corda para o interesse provisório do centrão, o que por ora dá corda para Bolsonaro.

A direita menos incivilizada do Brasil é incapaz de ganhar eleições nacionais desde 1998 -aliás, foi por isso que começou a apoiar o tumulto odioso em 2013 e, principalmente, depois da derrota de 2014. Desde então e até hoje, criou a situação que, de modo mendaz, chama de intolerável: alimenta o terror de Bolsonaro e/az o que pode para implodir qualquer esquerda.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

# Alerta do BC bloqueia pressão para mudar PEC emergencial



Campos Neto: presidente do BC alertou que exceções seriam vistas pelo mercado como falta de compromisso com reformas

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

Alertados pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que mudanças para afrouxar a PEC emergencial tornariam "impossível segurar juros e **inflação**", os partidos aliados ao governo na Câmara dos Deputados decidiram ignorar a pressão do presidente Jair Bolsonaro para criar exceções ao congelamento de salários para beneficiar os policiais, base eleitoral dele, e tirar o corte de incentivos tributários. O acordo entre os líderes partidários foi aprovar o projeto sem alterações e, com isso, acelerar o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial.

Os deputados aprovaram ontem por 366 votos a 118 a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) direto em plenário, sem o rito de passar pelas comissões. O mérito seria votado hoje, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), antecipou a discussão e tentava votar o texto em primeiro turno ainda na noite de ontem. A votação não tinha ocorrido até o fechamento desta edição.

A PEC permite o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial no valor de até R\$44 bilhões sem precisar respeitar as regras fiscais, como necessidade de cortar outros gastos para encaixar essa despesa no Orçamento. A equipe econômica estima que, com isso, será possível pagar o benefício em valores entre

R\$ 175 e R\$ 350 por quatro meses, de março a junho. Em troca, a proposta cria regras para congelamento automático de despesas quando a maioria das receitas do governo (95%) estiver comprometida com gastos obrigatórios.

Bolsonaro pressionou, segundo os parlamentares, por três alterações no texto que foi aprovado pelo Senado na semana passada. Queria retirar a proibição a progressões e promoções automáticas na carreira dos **servidores públicos**, tirar do congelamento dos salários as forças de segurança pública quando for acionado o gatilho de contenção de despesas e suprimir a exigência de que ele terá que enviar um plano para redução dos incentivos tributários e benefícios fiscais para o Congresso até seis meses após a promulgação da PEC.

Neste último ponto, deputados negociavam na noite de ontem com o governo deixar de fora dos cortes à Lei da Informática. Há também pressão para excluir a extinção de alguns fundos setoriais e as mudanças no pagamento de precatórios (dívidas judiciais).

Lira organizou um café pela manhã com o relator da PEC emergencial, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), os líderes partidários e o presidente do Banco Central. De acordo com os relatos, Campos Neto alertou que as mudanças seriam mal vistas pelo mercado porque seriam interpretadas como falta de compromisso com as reformas econômicas. O descontrole da **inflação**, avisou, prejudicaria principalmente a população mais pobre, alvo do auxílio. Os partidos decidiram, então, manter o texto do Senado.

Lira e Freitas foram ao Palácio do Planalto para se encontrar com Bolsonaro e avisá-lo dessa decisão. "Chegamos à conclusão que esse é o momento que devemos olhar para o país e não para as corporações de uma classe ou outra", afirmou o relator. "Ele [Bolsonaro] recebeu muito bem, muito bem. Tranquilo, sereno, sabe que a PEC tem e teve origem no Legislativo e que quem promulga é o Legislativo", disse Lira.

As tentativas de flexibilizar a PEC não partiram apenas do presidente, mas também de ministros contrariados com a extinção de fundos setoriais. O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) contou que recebeu mensagem de ministros tentando criar exceções ao texto e

ironizou que quem adotou a postura de responsabilidade fiscal foi a Câmara. "Recebi mensagem da ministra Damares [Alves] para retirar o Fundo dos Idosos e também de outros ministros. Ou tem governo coerente ou fica difícil de a gente entender", concordou Hildo Rocha (MDB-MA).

Já a oposição criticou a proposta e a vinculação entre as medias de contenção fiscal e o auxílio. "Temos que separar o que é a PEC do fim do mundo e o que é auxílio emergencial. Ano passado pagamos R\$ 600 de auxílio emergencial e não precisamos mudar a Constituição. Isso é chantagem", disse a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). Apesar de movimentações para retirar a restrição de R\$ 44 bilhões para o auxílio, a maioria dos partidos defendeu mantê-la. A PEC também cria gatilhos para os Estados poderem acionar medidas de congelamento dos gastos, como salários. Mas, para o economista Leonardo Ribeiro,

assessor do Senado, esse trecho permite múltiplas interpretações contábeis e pode, inclusive, estimular o aumento dos gastos nos Estados onde hoje os indicadores estariam bem abaixo de 95%. "A PEC está mal escrita", disse. Na interpretação dele, de 26 Estados e Distrito Federal, só São Paulo poderia acionar os gatilhos hoje. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em sérias dificuldades fiscais, seriam os únicos outros perto de ativá-los.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# 4 municípios de Goiás podem ter descumprido lei do auxílio emergencial

**Elisama Ximenes**

Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Mineiros são apontados pelo Ministério da Economia por suspeita de terem descumprido a Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu o auxílio emergencial para Estados e municípios durante a pandemia. De acordo com o levantamento, essas cidades teriam promovido aumento de despesas, proibido pela norma até dezembro de 2021.

A pesquisa foi feita pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios, da Secretaria do Tesouro Nacional, e mapeou 54 municípios no País, seis Estados e o Distrito Federal por terem realizado algum tipo de reajuste, bônus ou gratificação aos chefes do Executivo, ou a legisladores, ou a **servidores públicos** mesmo depois de terem recebido auxílio federal para o combate da pandemia da Covid-19.

## Ações

O Estado de Goiás não está incluído na lista, mas os quatro municípios goianos já citados são apontados como possíveis infratores da lei. De acordo com a planilha enviada pelo Ministério da Economia ao POPULAR, Goiânia teria promovido aumento de despesa quando, no ano passado, o então prefeito Iris Rezende (MDB) assinou acordo para pagamento da data-base de 2010 dos funcionários da fiscalização municipal. A Secretaria Municipal de Finanças disse que vai esperar notificação da STN para se manifestar.

Já a Prefeitura de Aparecida de Goiânia é citada por duas medidas. A primeira foi a reforma administrativa aprovada no fim de 2020 pela Câmara Municipal, que criou cargos no Executivo e fez mudanças em secretarias. A segunda mencionada pela STN é a lei municipal, de 2021, que cria a empresa pública Companhia de Distritos Industriais de Aparecida de Goiânia (Codap).

O secretário Municipal da Fazenda, André Luis Rosa, disse que os projetos não infringem a Lei Complementar, porque, segundo ele, não promoveram aumento de despesas. "Nós cortamos despesa em outros locais, cortamos gratificações, para fazer essa adequação financeira", disse. Ele destaca, ainda, o Artigo 44 da lei da reforma administrativa, que autoriza

que sejam tomadas as medidas necessárias para adequação da despesa de pessoal, com o objetivo de cumprir a norma que liberou auxílio aos municípios durante a pandemia.

Já a Prefeitura de Trindade é citada devido ao projeto de lei, de 2020, que aumentou os salários do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores para o mandato seguinte, iniciado em 2021. Na época, a proposta gerou polêmica porque o atual prefeito, Marden Júnior (Patriota), foi um dos vereadores que votaram a favor da matéria.

## Valores

O aumento do prefeito foi de mais de R\$ 5 mil, o que equivale a 25% de ajuste. A Prefeitura, no entanto, informou que, apesar do projeto ter sido aprovado, o pagamento dos novos valores só começará a ser feito em 2022, após o prazo estabelecido. Por meio da assessoria, Marden também disse que quer doar a diferença para uma instituição de caridade quando começar a receber o valor mais alto.

Por último, a Prefeitura de Mineiros foi citada em duas situações. A primeira por ter promovido, em janeiro deste ano, um reajuste de 4,52% sobre os vencimentos dos colaboradores públicos municipais da administração direta, indireta e autarquias. A segunda, por ter alterado valores relativos à diária de **servidores públicos** em janeiro deste ano. A administração municipal foi procurada pelo POPULAR, mas não retornou.

Segundo dados do Ministério da Economia, os quatro municípios receberam, juntos, mais de R\$ 70 milhões do Governo Federal para o combate à pandemia - R\$ 47,3 mi para Goiânia, R\$ 18 mi para Aparecida, R\$ 3,9 mi para Trindade e R\$ 2 mi para Mineiros. O auxílio foi aprovado em maio do ano passado pelo Congresso Nacional.

Ministro da Economia, Paulo Guedes pediu, em nota técnica, para a Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União verificarem os dados levantados pelo ministério. O objetivo é usar a pesquisa como defesa no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as ações que questionam as contrapartidas exigidas pela Lei Complementar 173/2020.

## Dispensa de licitação para contratar companhia de balé

A prefeitura de Ipameri, no sudeste goiano, firmou contrato de mais de R\$ 50 mil com dispensa de licitação durante a pandemia do novo coronavírus, que tem sido questionado por não se tratar de contrato emergencial relacionado à Covid-19. Trata-se da Cia de Ballet Farley Mattos, contratada para promover aulas até dezembro de 2021.

No contrato, a prefeitura defende a dispensa de licitação com base na lei federal 8.666/1993, que permite a modalidade de contratação em situações emergenciais ou de calamidade pública.

Entretanto, o contrato firmado pela prefeitura não explicita o porquê da urgência do serviço. De acordo com o documento, o trabalho, por conta da pandemia, será feito por meio de vídeos de 40 minutos a uma hora, que serão enviados duas vezes por semana para os alunos pelo Whatsapp.

Depois da pandemia, as aulas serão presenciais na Academia Farley Mattos, duas vezes por semana. Ao contrário do que determina a lei federal, o contrato sem licitação prevê possibilidade de prorrogação por mais 10 meses. A companhia vai receber o montante de R\$ 50,75 mil, dividido em 10 parcelas de R\$ 5.075.

### Defesa

O dono da Cia de Ballet Farley Mattos, Farley Mattos, fez uma postagem rebatendo críticas por conta do contrato. Ele defende que a dispensa da licitação se deu porque não há outro profissional do ramo no município e que o contrato foi revisado por juristas. A prefeitura de Ipameri foi procurada, mas ainda não retornou o contato da reportagem.

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/10-marco-2021/1o-caderno>

# Auxílio emergencial: Câmara aprova, em 1º turno, texto-base da proposta que abre espaço para benefício

**Bruno Góes, Manoel Ventura e Geralda Doca**

Arthur Lira preside sessão de votação da PEC Emergencial Foto: Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quarta-feira, em primeiro turno, por 341 votos a favor, 121 contra e 10 abstenções, o texto principal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que abre espaço fiscal para o pagamento do auxílio emergencial. Durante o dia, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que os deputados manteriam o texto já aprovado pelo Senado, sem concessões a corporações.

Agora, parlamentares ainda precisam analisar supressões ao texto, que podem desidratar a PEC. Nos últimos dias, o presidente Jair Bolsonaro defendeu a blindagem a profissionais de segurança. Ele manifestou apoio à retirada do congelamento de salários da categoria. Em sentido contrário, a equipe econômica travou uma queda de braço para manter a austeridade da PEC.

Enquanto Bolsonaro defendeu a necessidade de fazer concessões à chamada bancada da bala, a equipe de Guedes alertou que sinalizar o descontrole das contas públicas poderia causar aumento de juros e **inflação**.

Na tarde desta terça, o relator da PEC, Daniel Freitas (PSL-SC), anunciou que manteria o texto da proposta aprovada no Senado, com restrições ao funcionalismo. Em ambiente tumultuado, a oposição marcou posição com forte obstrução, inclusive com episódios de bate-boca com Lira.

Mais cedo, foi votada a admissibilidade do projeto, que atesta a constitucionalidade do texto. Partidos de esquerda reclamaram que o acordo entre deputados era apreciar apenas essa parte no primeiro dia de votação.

Para que a PEC possa ir a promulgação sem retornar ao Senado, a Câmara precisa ainda finalizar a análise de destaques sem provocar alterações do mérito da proposta, além de votá-la em segundo turno, o que

deve acontecer na tarde de quarta-feira.

Pela manhã e durante a tarde de terça-feira, as negociações de deputados ligados à segurança pública eram para tirar da proposta dispositivos que preveem a proibição das promoções automáticas de servidores em caso de crise fiscal. Apoiada pela oposição, a medida beneficiaria todos os funcionários públicos e não apenas a categoria de segurança pública.

Antes de publicar o relatório, Freitas confirmou a intenção de Bolsonaro de contemplar servidores da área.

- O presidente Bolsonaro queria ver (o atendimento) à segurança pública neste momento, mas nós entendemos que agora o plenário da Câmara é soberano. E nós vamos levar à apreciação dos deputados. O meu relatório vai neste sentido (de manter o texto do Senado) - disse Freitas.

Lira também defendeu a manutenção do texto original:

- São situações que merecem discussão, podem merecer ou não destaques e emendas, mas a maioria esmagadora da base decidiu que o melhor será, por todo o momento que o Brasil vive, (manter o texto). A perspectiva e previsões de votações na Casa têm que ser claras. E o auxílio é importante para todos.

Outro alvo nas conversas de terça-feira era a retirada do artigo que obriga Bolsonaro a encaminhar um projeto ao Congresso para rever benefícios fiscais. A avaliação, neste caso, é que essa discussão deve ficar para quando a **reforma tributária** entrar em pauta, o que ainda não tem previsão de acontecer.

- Nós temos votos suficientes para aprovar a PEC e manter o texto do Senado - disse o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), acrescentando que o dia foi de muita conversa para evitar a desidratação da proposta.

As discussões de parlamentares sobre a austeridade da PEC ocorreram após reuniões realizadas na manhã desta terça, uma na residência oficial do presidente da

Câmara e outra no Palácio do Planalto, da qual participaram Bolsonaro e o líder do PSL, Vitor Hugo (GO) - patrocinador da flexibilização de regras para policiais.

**Site: <https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-camara-aprova-em-1-turno-texto-base-da-proposta-que-abre-espaco-para-beneficio-24917560>**

# Sem renda, população que mora nas periferias de São Paulo vê fase vermelha com descrença

**Lucas Veloso**

O educador social Wesley Silva, 24, vive no Grajaú, na zona sul de São Paulo, uma das regiões mais afetadas pela Covid-19 na cidade. Só neste ano, foram 102 mortes confirmadas ou suspeitas na região - mais de uma perda por dia.

Apesar de sair só para necessidades básicas, como mercado e emprego, Wesley relata aglomerações nas ruas e o relaxamento de outras medidas de proteção, como uso de máscaras e álcool em gel.

Ele duvida que haverá mudanças com a adoção da fase vermelha em São Paulo, em especial por causa da necessidade de sobreviver da população do bairro.

"A gente vai ter muito mais dificuldade de lidar com essa questão, principalmente porque afetou diretamente a renda dos moradores. As pessoas ricas se adaptam e param. Aqui não tem como adaptar.

A periferia está na linha de frente de tudo", afirma.

Para o morador, a ideia divulgada por autoridades de que a doença era como uma gripe teve impacto nos bairros mais pobres da cidade. "Acre -dito que uma das influências sobre isso é a gestão pública e também as figuras do poder como presidente", opina.

O aumento de casos de Covid-19 no começo deste ano e a lotação dos hospitais levou o governo do estado a retroceder a região à fase vermelha no último sábado (6). Nela nenhum comércio pode abrir com exceção dos considerados essenciais (como supermercados e farmácias).

Apesar do apoio a medidas restritivas e de combate à pandemia, o anúncio foi recebido nas periferias com receio, críticas e apontamentos de falta de apoio por moradores e lideranças comunitárias.

"Muitos moradores trabalham com serviços autônomos ou em comércios locais

e, com o fechamento, acabaram tendo sua renda muito comprometida, e a alternativa foi atuarem forma

clandestina", diz o bancário Leonardo Barbeiro, 25, morador de Sapopemba (zona leste), distrito com mais mortes por Covid-19 em São Paulo até 4 de março. Neste ano foram 107 entre confirmadas e suspeitas.

Barbeiro viu de perto esse cenário. Nos últimos meses foram comuns notícias da morte de vizinhos, amigos e familiares - e mais da metade de sua própria família foi infectada pelo novo do coronavírus em algum momento.

"Sinceramente, não acredito que irá mudar muita coisa com essa fase [vermelha]. Não temos respaldo. Enquanto não temos nem previsão da vacina, estamos realmente de mãos atadas e sem saber como agir diante disso", afirma.

Em Cidade Tiradentes (zona leste), a líder comunitária Rúbia Mara da Silva Oliveira, 31, diz que a situação não es-

tá diferente. Ela diz que comerciantes locais enfrentam muitas dificuldades para lidar com os efeitos da crise.

Segundo ela, em grande parte das casas, os aposentados é que estão bancando as despesas. "Era para os aposentados estarem aproveitando esse pequeno privilégio, mas estão bancando a família toda para não deixar na rua."

Produtora cultural na Batalha de Paraisópolis, Glória Maria, 21, mora na favela com a filha de sete anos e o companheiro. A alfabetização da filha foi uma das maiores dificuldades para ela e outras mães da favela, além da fome e da falta de emprego.

Para a moradora, não haverá fechamento de comércios e nem o fim do baile funk na comunidade. "Os comércios aqui não fecharam e não vão fechar porque é isso que está mantendo a vida das pessoas. Como é que a gente vai fazer se já estamos passando fome? Como as pessoas vão parar os bailes e tem gente que depende dali?" questiona.

Professor da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e pesquisador do CEP (Centro de Estudos Periféricos), Tiaraju Pablo D'andrea, 40, que mora na

Vila Esperança (zona leste), não vê as medidas anunciadas como efetivas. "Não vamos vencer a pandemia enquanto o transporte público estiver lotado, enquanto as pessoas forem obrigadas a trabalhar e as igrejas estiverem abertas", afirma.

O pesquisador define como dramático e desesperador o impacto da pandemia da Covid-19 nas periferias. Em resumo, indica que o desmonte das políticas públicas fragilizou os trabalhadores, que foram empurrados para a pobreza na pandemia. Vítimas deste cenário social estão as pessoas negras, geralmente as mais pobres, na análise de Tiaraju.

Para a socióloga e mestra em ciências humanas e sociais Najara Lima Costa, 40, a periferia segue abandonada com a ausência de políticas públicas de renda básica municipal ou federal ou políticas solidárias e de redução ou isenção de **impostos** sobre alimentos neste momento tão crítico. "As vidas não estão sendo colocadas em primeiro lugar", observa.

De acordo com ela, a fase vermelha de nada adiantará sem que escolas particulares e públicas não deixem de funcionar presencialmente, assim como templos religiosos.

Por meio de nota, o governo do estado disse que, desde o início da pandemia promove ações para auxiliar moradores de comunidades e favelas no enfrentamento da doença.

Citou o programa Bom Prato e Alimento Solidário, que segundo dados oficiais distribuiu mais de 15 milhão de cestas de alimento para famílias em situação de extrema pobreza no estado, além da doação de máscaras, kits de produtos de higiene e limpeza e o desenvolvimento de Centros de Isolamento para a realização da quarentenas.

A Prefeitura de São Paulo não respondeu às perguntas da reportagem. O governo federal também não respondeu aos questionamentos e disse que disponibiliza tudo o que foi feito na página do Ministério da Economia.

**Site:** <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

# Negacionismo fiscal - ANTONIO DELFIM NETTO

## **ANTONIO DELFIM NETTO**

A tragicomédia da cena econômica brasileira continua de vento em popa, para o espanto da plateia e os aplausos dos que não demonstram nenhum compromisso com o país.

O relatório final da PEC Emergencial é uma sombra das propostas originais de ajuste e reorganização fiscal. Sumiram as medidas com efeitos de curto prazo e ficaram, principalmente, ajustes na estrutura de funcionamento da política fiscal e os gatilhos de contenção das despesas, sob a promessa renovada de sermos fiscalmente menos irresponsáveis no futuro.

Para resolver o problema do pagamento necessário e urgente do auxílio emergencial, tirou-se do teto de gastos deste ano um montante de R\$ 44 bilhões.

O texto, aparentemente, foi o possível de ser construído politicamente, dada a nossa baixa propensão a resolver problemas concretos hoje, mas, ao mesmo tempo, garantir que a situação não desmorone de imediato.

No entanto, não contentes com o desfecho, os relatos são de que alguns senadores, apoiados e, pior, instruídos pelo próprio presidente da República, tentaram aproveitar as horas que antecederem a votação para desconstruir o trabalho da equipe econômica do próprio governo e finalmente furar o teto de gastos. A manobra de retirar do teto as despesas com o Bolsa Família e sabe-se lá mais o que, numa conta que poderia chegar a R\$ 150 bilhões em 2021/22, para abrir espaço no teto para gastos com investimentos e emendas parlamentares, é espantosa ate para os padrões brasileiros.

O comportamento da taxa de câmbio, dos juros futuros e do risco país na semana passada são apenas termômetros momentâneos do estrago que virá do completo abandono da âncora fiscal brasileira, pois é disso que se trata. A crise que será produzida terá efeitos concretos mais adiante, todos eles velhos conhecidos do Brasil: **inflação**, recessão, desemprego e perda de renda. Todos eles decorrentes das políticas "bem intencionadas" de intervir nos mercados para controlar a subida inconveniente de alguns preços, dar uma "ajuda" aos mais pobres e concretizar projetos

que, "agora mais do que nunca", se fazem indispensáveis.

Não há como um governo paralelo funcionar dentro do próprio governo, e é preciso que os que aconselham o presidente e os senadores tenham um pouco mais de compromisso com o Brasil. O convencimento não deveria ser difícil. Afinal, a recessão de 2015/2016 foi produto das mesmas "grandes" ideias, e os resultados, celebrados na pior década da história da economia brasileira. Para o nosso lamento, em Brasília, o pior instrumento de convencimento que existe é a lógica.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49461>

# No exterior, parte do mercado e socialistas concordam sobre Lula - TODA MÍDIA

**Nelson de Sá** [nelson.sa@grupofolha.com.br](mailto:nelson.sa@grupofolha.com.br)

Na chamada do Financial Times, para análise assinada por seu editor de América Latina, "Lula está de volta: O velho inimigo de Bolsonaro retorna para assombrá-lo".

E na chamada da revista socialista Jacobin, "Lula está de volta - E ele pode salvar o Brasil de Bolsonaro". A convergência se repetiu noutras partes.

Em entrevista à TV Bloomberg, o célebre investidor Mark Mobius, que critica Joe Biden desde a campanha, foi questionado sobre a volta de Lula, da qual "os mercados não gostaram". Resposta do especialista em emergentes: "É estranho que o mercado não goste, porque Lula presidiu alguns dos tempos mais felizes do Brasil Não creio que a volta seja necessariamente ruim para o mercado brasileiro. Acho que ele aprendeu a lição, no que diz respeito a corrupção. Estou surpreso em saber que o mercado não gostou." E por mídia social o senador socialista Bernie Sanders, que preside a poderosa comissão do orçamento, saudou: "Como presidente, Lula fez um trabalho incrível para diminuir a pobreza no Brasil e defender os trabalhadores. É uma ótima notícia que sua condenação, altamente suspeita, foi anulada. Esta é uma importante vitória da democracia e da justiça no Brasil."

## EUA VS. EMERGENTES

No Wall Street Journal, sobre a previsão da OC DE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), "Salto do crescimento nos EUA pode desequilibrar a frágil economia mundial". Logo abaixo, mais especificamente, "O aumento nos juros, em resposta ao crescimento e às expectativas de **inflação**, pode desencadear fuga de capitais dos emergentes, onde a vacinação mal começou e cuja recuperação deve demorar mais".

eua china

WSJ e South China Morning Post destacaram, respectivamente, que "EUA e China se comprometem tentativamente em tomo da mudança no clima" e "China e EUA negociam encontro de alto nível para recomposição das relações". No primeiro caso, eles vão dividir a presidência de um grupo dentro do G20

voltado aos riscos financeiros ligados ao clima. No segundo, as duas principais autoridades chinesas em relações exteriores, Yang Jiechi e Wang Yi, devem se reunir com os congêneres americanos no Alasca.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49461>

# Brasil precisa acelerar vacinação para permitir retomada, afirma OCDE

**Ana Esteia de Sousa Pinto**

A ressurgência da pandemia no Brasil e a lentidão na vacinação contra a Covid-19 ele vamos riscos para a recuperação econômica do país, afirmou nesta terça (9) a OCDE (grupo de 38 dos principais países do mundo).

Segundo a economista-chefe da organização, Laurence Boone, a velocidade das campanhas de vacinação é crucial para reduzir outros riscos que afetam a economia, como o aumento da desigualdade, o desemprego duradouro, o desequilíbrio fiscal e a instabilidade do mercado financeiro.

"Os governantes no mundo todo precisam garantir que vencem a corrida contra a Covid-19", afirmou Boone, que apresentou a previsão econômica mais recente da entidade.

A OCDE elevou sua estimativa de crescimento da economia mundial neste ano, de 4,2%, na análise feita em novembro, para 5,6% nos cálculos divulgados nesta terça. Para 2022, a previsão é de crescimento global de 4%.

A instituição disse, porém, que as perspectivas são bastante desiguais. Os Estados Unidos, que bateram recorde de vacinação no fim de semana e estão na iminência de aprovar um pacote de estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão, devem ser um dos principais motores do crescimento: a organização calcula que a economia americana deva adicionar um ponto percentual ao crescimento global.

Boone afirmou que pacotes de ajuda são importantes, mas podem ser desperdiçados se não houver proteção contra o contágio do coronavírus: "O que importa é a combinação entre saúde e estímulos fiscais".

Se programas de vacinação não forem rápidos o suficiente para cortar as taxas de infecção e impedir a transmissão de variantes mais contagiosas, a confiança dos consumidores e das empresas será afetada, tolhendo a recuperação econômica, disse ela.

Para a economia brasileira, a OCDE prevê crescimento de 3,7% neste ano e 2,7% em 2022. Em ambos os casos, houve elevação em relação a estimativas anteriores, mas os números ficam bem

abaixo dos previstos para a média do G20: 6,2% e 4,1%, respectivamente.

A economista-chefe também disse que a pandemia tende a elevar a desigualdade entre países e entre setores, agravar a desigualdade econômica e social e prejudicar principalmente os grupos mais vulneráveis, com risco de danos duradouros ao emprego e à qualidade de vida de boa parte da população.

A OCDE recomenda que programas governamentais de apoio para preservar empregos e sustentar a atividade de empresas sejam mantidos enquanto as economias tiverem que impor restrições contra o contágio.

"Deve ser dada especial atenção ao apoio aos jovens e aos menos qualificados, para evitar uma repetição dos danos a longo prazo causados às perspectivas de emprego destes grupos vulneráveis após a crise financeira de 2008", afirma o relatório.

Boone disse ainda que as perspectivas de uma recuperação global mais rápida levaram a expectativas do mercado financeiro de alta da **inflação**. De acordo com as previsões da OCDE, as pressões de preços devem ser moderadas nas economias avançadas, mas, "nas economias de mercado emergentes, a **inflação** pode aumentar ainda mais".

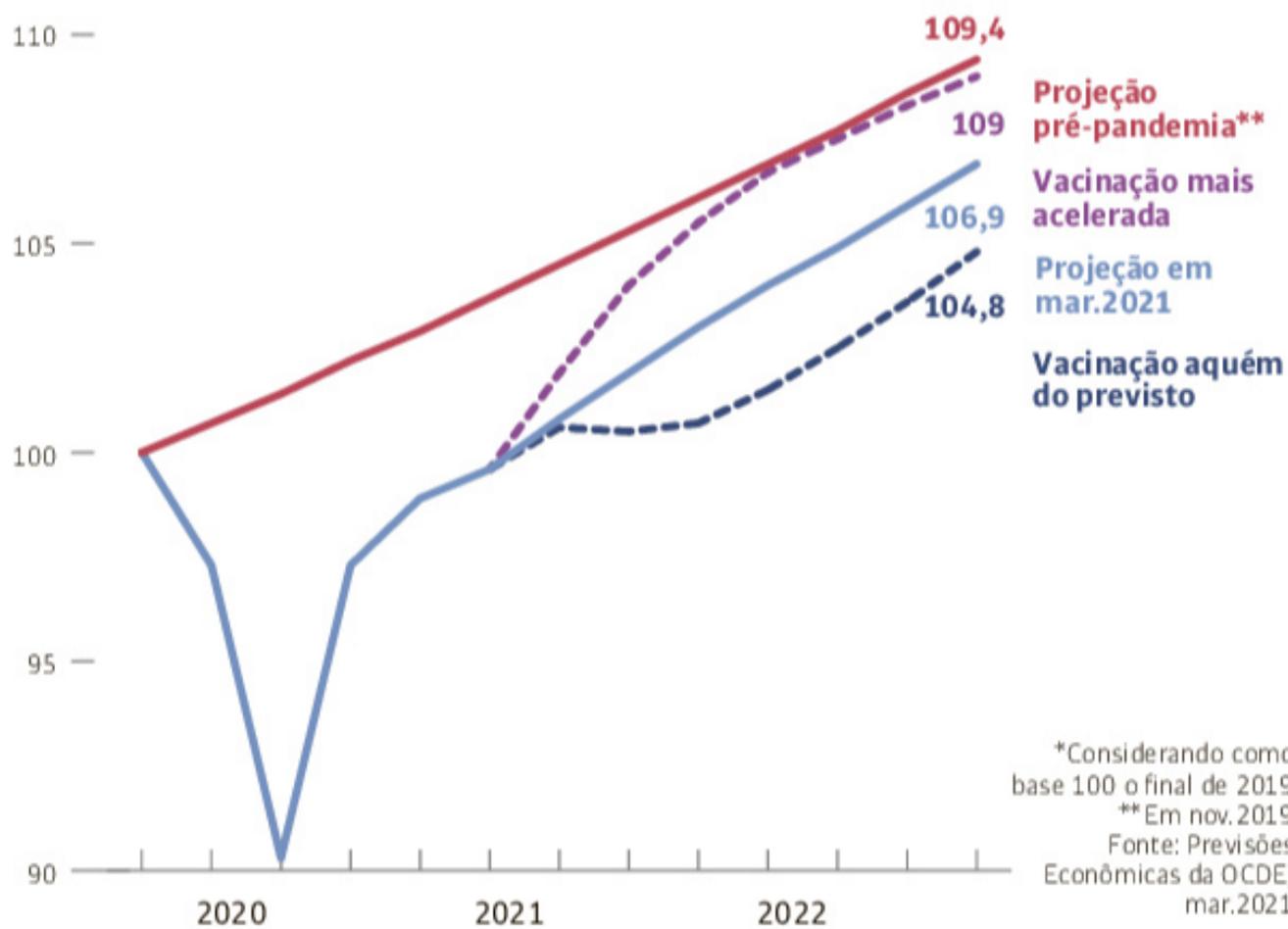
Ela afirmou que os níveis da dívida pública aumentaram acentuadamente em quase todos os países, mas a maioria das economias da OCDE continua a se beneficiar de taxas de juros muito baixas, que protegem a sustentabilidade fiscal.

Uma instabilidade política ou econômica prolongada, porém, pode elevar os juros em alguns países, disse Boone, agravando problemas fiscais.

**Site:** <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

## Injeção de ânimo

Impacto da velocidade da vacinação nas projeções de crescimento da OCDE\*





## PREVISÕES DA OCDE DE CRESCIMENTO EM 2021

**5,6%**  
Mundo

**6,2%**  
G20

**6,5%**  
EUA

**7,8%**  
China

**3%**  
Alemanha

**5,1%**  
Reino Unido

**5,9%**  
França

**4,1%**  
Itália

**3,7%**  
Brasil

# Pacote de Biden dará impulso à retomada global, aponta OCDE

**Assis Moreira**

As perspectivas para a economia global melhoraram com o avanço na vacinação em muitos países e o novo pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão dos EUA, que pode adicionar 1 ponto percentual à expansão global, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O plano do presidente Joe Biden nos EUA alimentará o crescimento econômico global em 2021, que poderá alcançar 5,6%, segundo as novas projeções da OCDE, divulgadas ontem. Isso significa 1,4 ponto percentual a mais do que o estimado em dezembro.

O pacote americano, diz a OCDE, representa uma das maiores injeções de estímulo à maior economia do mundo nas últimas décadas. A Câmara dos Deputados dos EUA deve dar hoje a aprovação final ao programa.

Isso e mais a vacinação poderão impulsionar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos EUA em mais de 3 pontos percentuais neste ano, para 6,5%, ajudando na demanda em países parceiros. No caso do Brasil, o pacote americano deverá proporcionar um ganho adicional de 0,6 ponto no **PIB**. A estimativa atual é de que a economia brasileira cresça 3,7% neste ano, ou 1,1 ponto percentual a mais do que o esperado em dezembro.

Mas há riscos. A recuperação em vários países pode ser travada pelo lento ritmo de vacinação. A economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, destacou que a imunização será o fator dominante para a perspectiva econômica global. "Estou sempre preocupada, porque não fazemos o suficiente para acelerar a retomada", ressaltou. "A cadência da vacinação não é suficiente para a retomada. É preciso fazer mais rápido e melhor".

A lenta vacinação no Brasil contra a covid-19, por exemplo, é um dos riscos que pesam sobre a recuperação da maior economia da América Latina. Boone observou taxa de transmissão alta e cadência da vacinação lenta levam a mais restrições, o que pode pesar sobre uma eventual retomada da economia brasileira.

A OCDE nota que economias emergentes na América

Latina e África "também estão enfrentando nova ressurgência do vírus, e o ritmo lento de vacinação e o escopo limitado para apoio fiscal adicional podem moderar a retomada".

"Precisamos de um uso mais acelerado de vacinas em todo o mundo para assegurar uma recuperação abrangente", disse Boone, destacando o papel-chave da imunização na retomada global.

Para a economista da OCDE, no cenário de imunização mais rápido a economia global pode ganhar US\$ 2,7 trilhões adicionais. Mas se a vacinação for desigual e complicada, isso pode se traduzir em perda de US\$ 2,6 trilhões. Apoio fiscal sem vacinação não funciona, é preciso combinar os dois.

Boone destacou que parte importante da economia mundial já voltou ao nível de antes da pandemia, as restrições à mobilidade ficaram menos rigorosas e o setor manufatureiro já supera a situação de 2020.

Agora, a previsão é de que a perda de renda por causa da crise sanitária global será de "apenas" US\$ 3 trilhões até 2022, equivalente ao **PIB** da França, comparado a projeção de US\$ 6 trilhões feita no ano passado. "Muitos países perderam dois a três anos de crescimento", afirmou Boone.

A OCDE observa que pressões de custo começaram a emergir nos mercados de "commodities" por causa da ressurgência da demanda e perturbações temporárias na oferta, mas a **inflação** continua baixa em razão da capacidade não utilizada globalmente. A organização avalia que a atual política monetária acomodativa, ou seja, dinheiro barato, deve ser mantida.

Também defende a continuidade do apoio à renda das famílias e companhias até que a vacinação permita reabertura maior da economia. Boone alertou que a política fiscal precisa ser mais bem ajustada para ajudar trabalhadores em setores mais atingidos pela crise. À medida que a economia se recuperar, pode haver ajuste fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

## Estimativas para o PIB

Variação anual, em %

	2020	2021*	2022*
Mundo	-3,4	5,6	4
EUA	-3,5	6,5	4
Zona do euro	-6,8	3,9	3,8
Alemanha	-5,3	3	3,7
França	-8,2	5,9	3,8
Itália	-8,9	4,1	4
Japão	-4,8	2,7	1,8
Reino Unido	-9,9	5,1	4,7
G-20	-3,2	6,2	4,1
Argentina	-10,5	4,6	2,1
<b>Brasil</b>	<b>-4,4</b>	<b>3,7</b>	<b>2,7</b>
China	2,3	7,8	4,9
Índia**	-7,4	12,6	5,4
México	-8,5	4,5	3
Rússia	-3,6	2,7	2,6

Fonte: OCDE. \*Estimativa \*\*Ano fiscal, de abril a março do ano seguinte

## Efeito do plano Biden

Em acréscimo às previsões para o PIB

■ Em pontos percentuais

EUA	3,8
Canadá	1,2
Mundo	1,1
México	0,8
<b>Brasil</b>	<b>0,6</b>
Reino Unido	0,6
Japão	0,5
Zona do euro	0,5
China	0,5

Fonte: OCDE

# Preço da celulose na China pode chegar a nível recorde

## Commodity Stella Fontes De São Paulo

Menos de um ano depois de terem tocado a mínima histórica, os preços da celulose de fibra curta caminham para alcançar níveis recorde na China, suportados pela demanda aquecida, estoques limitados ao longo do sistema, frete mais caro e pela substituição da fibra longa, matéria-prima mais cara cuja oferta a partir de fábricas no Hemisfério Norte segue limitada. Somente em março, os aumentos aplicados pelos produtores, em todas as regiões, vão de US\$ 90 a US\$ 120 por tonelada.

Com reajustes mensais, a escalada da celulose em 2021 desencadeou a revisão, para cima, das expectativas de preço. Na avaliação de analistas que acompanham a indústria, o bom momento deve perdurar ao menos até meados deste ano. Para o analista Rafael Barcellos, do Santander, o ciclo de alta pode ser ainda mais prolongado e, diante da relação entre oferta e demanda deficitária projetada para este ano, pode se estender até 2022.

"Acreditamos que a demanda mais forte, estoques inferiores e o dólar mais fraco podem sustentar a celulose em níveis mais elevados de preço. Além disso, a ausência de novas capacidades nos próximos trimestres pode manter o mercado vulnerável a choques inesperados de oferta", aponta Barcellos. Em um amplo relatório sobre o setor, o Santander elevou de US\$ 520 para US\$ 640 por tonelada a estimativa de preços da fibra curta para 2021 e de US\$ 555 para US\$ 610 por tonelada em 2022.

Para a China, diferentes produtores de celulose de eucalipto, entre os quais as brasileiras Suzano e Klabin, anunciaram na última semana de fevereiro reajuste de US\$ 120 por tonelada, elevando o preço válido para aquele mercado a partir de março a US\$ 720 por tonelada. Na Klabin, segundo o diretor do negócio de celulose, Alexandre Nicolini, o preço líquido anunciado para este mês é de US\$ 730 por tonelada.

Para Europa e América do Norte, os aumentos anunciados pelos produtores foram de US\$ 90 por tonelada e US\$ 100 por tonelada, respectivamente, considerando-se os valores que haviam sido reportados para fevereiro. Com esse reajuste, o preço no mercado europeu subiu a US\$ 910 em março, e a

US\$ 1.140 no mercado americano.

De acordo com os analistas Mareio Farid, Rodolfo Angele e Lucas E Yang, do J.P. Morgan, há expectativa de que novos reajustes sejam anunciados para abril, levando a tonelada de fibra longa para a casa dos US\$ 1 mil na China. "Se isso se materializar, os preços da fibra curta podem testar altas históricas e subir acima de US\$ 800 por tonelada em breve", escreveram.

Na sexta-feira, a Fastmarkets Foex mostrou que o preço da fibra curta avançou US\$ 97 no mercado chinês em uma semana, chegando a US\$ 714,50 por tonelada - confirmando que o mais recente reajuste está sendo aplicado. Na fibra longa, o aumento foi de US\$ 91, para US\$ 939,40 por tonelada. Ontem, a consultoria indicou que o preço da fibra curta no mercado europeu subiu US\$ 43,80, para US\$ 826,74 por tonelada. Na fibra longa, a alta detectada foi de US\$ 58,05, para US\$ 1.029,85 por tonelada.

Para os analistas Daniel Sasson, Ricardo Monegaglia, Edgard Pinto de Souza e Barbara Angerstein, do Itaú BBA, os fatores que resultaram na atual dinâmica de preços devem permanecer no curto prazo, abrindo espaço para novos reajustes. "É importante ressaltar que os fabricantes de papel foram capazes de repassar a maior parte da **inflação** do custo da fibra, mantendo margens saudáveis", observaram, em relatório de ontem. Comparando os diferentes preços por região, os analistas avaliam que o aumento deve ser aplicado no mercado europeu já que o spread em relação à cotação na China está bem acima dos níveis normais.

Na esteira da revisão dos preços projetados para a celulose e da expectativa para oferta e demanda da matéria-prima, além de ajustes em premissas macroeconômicas, o Santander elevou de neutro ("hold") para compra a recomendação para as ações de Suzano e subiu em 67% o preço-alvo para as ações da companhia, de R\$ 57 para R\$ 95 cada. Para a Klabin, o banco manteve recomendação de compra, mas elevou em 12,5% o preço-alvo da unit no fim do ano, para R\$ 36.

Diante das novas premissas, o Santander projeta agora resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) para a Suzano de

R\$ 24,6 bilhões em 2021, frente a R\$ 16,2 bilhões anteriormente, aumento de 51,4%. No caso da Klabin, a estimativa de Ebitda passou de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 6,8 bilhões.

Sobre Suzano, Rafael Barcellos diz que a nova preferida do banco nesse setor na América Latina vai se beneficiar dos preços melhores do que o esperado para a celulose tanto em geração de caixa quanto em desalavancagem financeira, o que permitirá que siga em frente com projetos de expansão. Ao fim do ano, o banco projeta alavancagem de 3 vezes para a companhia e um novo projeto de celulose pode ser avaliado em R\$ 6,50 por ação.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186732](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186732)**

# Incerteza fiscal aperta condições financeiras

**Victor Rezende De São Paulo**

Os riscos em torno da trajetória da dívida pública e a deterioração das expectativas de **inflação** se somaram à forte alta dos juros internacionais e intensificaram o aperto das condições financeiras. Esse fator esquentou a discussão no mercado sobre os efeitos do início do ciclo de normalização da política monetária no momento em que a atividade econômica deve se mostrar bastante fraca.

Se o Banco Central optar por um aumento de 0,50 ponto percentual na Selic na próxima semana, a reação deve ser limitada, já que esse nível já está incorporado na curva de juros. Analistas, contudo, alertam para a chance de deterioração adicional das condições financeiras caso o caminho seja por manutenção da taxa Selic em 2% ou uma alta de apenas 0,25 ponto.

Elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, o índice de Condições Financeiras (ICF) já está em níveis bastante contracionistas. Quando o indicador está acima de zero, ele aponta para um aperto das condições financeiras. Abaixo de zero, indica alívio. Pesquisadora do Ibre, a economista Luana Miranda nota que o ICF acima de 1 ponto está em um nível contracionista "que dificulta a retomada da atividade".

O ICF agrega componentes de preços, como commodities e câmbio, de confiança dos agentes e variáveis de mercado, como índices nacionais e internacionais de bolsas, medidas de risco-país e o comportamento das taxas de juros. Com a piora nos preços dos ativos brasileiros, o indicador tem se mantido acima de 1 ponto.

"Temos visto uma reinterpretação do mercado sobre a agenda do Planalto. Antes se trabalhava com a hipótese de uma sintonia entre o Planalto e o Ministério da Economia. No entanto, uma sucessão de fatos tem levado a uma reprecificação desse cenário", afirma o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, ao apontar para a depreciação sofrida pelos ativos brasileiros neste ano.

O economista nota que a mudança anunciada no comando da Petrobras de forma súbita foi o primeiro evento a aumentar a desconfiança do mercado. Além disso, cita declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o setor elétrico e o Banco do Brasil; a iniciativa do Planalto de retirar o Bolsa Família do teto de

gastos; e a relutância inicial do governo em relação ao texto da PEC Emergencial abarcar categorias que formam a base de apoio do Planalto.

"Essa série de fatores fez com que se reprecificasse o quanto seria o grau de suporte do presidente à agenda de reformas. É legítimo que o mercado questione e que isso se materialize nos preços dos ativos", afirma Genta.

O economista observa que um aumento dos juros representa aperto das condições financeiras, mas como a alta da Selic já está precificada, boa parte desse aperto está dada. Para Genta, contudo, se o BC não começar a dar agora uma resposta aos choques da economia e postergar o início do ciclo de elevação da Selic, poderia haver uma deterioração das expectativas como efeito da interpretação de um BC atrás da curva.

"A nosso ver, o BC não gostaria de correr o risco de "ficar para trás" aos olhos do mercado, porque isso poderia impor um custo maior para a política monetária no futuro caso se perdesse a credibilidade no processo", afirma o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski. O banco britânico espera uma alta de 0,50 ponto na Selic na semana que vem, com a taxa básica encerrando o ano em 4,5%.

Com outra metodologia, que tem como base os modelos do Banco Central, o índice de Condições Financeiras elaborado pelo ASA Investments também está em um nível bastante contracionista. O indicador atingiu recentemente o maior nível desde março de 2020, quando eclodiu a crise da covid-19 e desenha um cenário que é "o pior dos mundos" para o BC, aponta o economista-chefe do ASA, Gustavo Ribeiro.

"Estamos nos aproximando da possibilidade de desancoragem das expectativas de **inflação**. O BC tem em mãos **inflação** corrente elevada e dúvidas crescentes sobre a trajetória fiscal. O resultado é um claro aumento de juros na semana que vem", diz. O ASA mantém um cenário construtivo em relação à questão fiscal, ao apontar que a PEC Emergencial, da forma como passou no Senado, tem efeito líquido positivo. Ribeiro ressalta, contudo, que o cenário de cauda se mostra mais forte diante da chance de a PEC ser desidratada na Câmara.

"Tudo depende da questão fiscal. Será uma reunião bastante difícil para o Copom, já que há uma

deterioração importante do balanço de riscos. Apesar da pandemia trazer um risco de baixa para a atividade, ela também aumenta as pressões por uma guinada mais populista e isso atrapalha o trabalho do BC", afirma Ribeiro.

Assim como o ASA Investments, a Armor Capital espera uma alta de 0,50 ponto na Selic agora em março. A economista-chefe da gestora, Andréa Damico, alerta, porém, que o BC pode ser percebido como leniente com a **inflação** caso não sancione esse aumento, levando a uma piora das condições financeiras.

"O nível atual da taxa de câmbio já tem no preço que o BC irá elevar juros e dar continuidade ao ciclo de alta. Se o BC não fizer isso, podemos ter um processo ainda pior na dinâmica da moeda", afirma a economista. Ela aponta, ainda, para os juros de longo prazo, que podem subir ainda mais diante da possível leitura de um BC menos preocupado com a **inflação** corrente.

Além disso, Damico diz não ver uma tendência de apreciação do real. "Se isso se confirmar, não tem muita escapatória e vamos ter mais **inflação**. O Focus deve continuar a "andar" um pouco mais e daí, em linha com o consenso, o BC deve elevar os juros." Ao revisar suas projeções recentemente, o economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, também passou a considerar um cenário de câmbio mais depreciado, com o dólar em R\$ 5,55 no fim do ano. Nesse ambiente, o IP-CA encerraria 2021 em 4,5%.

Velecico também prevê uma alta de 0,50 ponto na Selic agora, com alguma chance de ser um aumento de 0,75 ponto. Para ele, o movimento deve dar apoio a uma melhora das condições financeiras, mas não a ponto de torná-las expansionistas. "No fundo, a diminuição da incerteza sobre a política fiscal brasileira é o que daria um alívio maior." O economista diz concordar com a visão de que o aperto das condições financeiras se dá, principalmente, pela desconfiança com a saúde das contas públicas. "Mas existe também um pouco de evidência empírica de que se o BC entregar altas de juros é possível haver alguma apreciação do real", afirma Velecico, ao lembrar da valorização do câmbio após a divulgação da ata da reunião de janeiro do Copom, quando o mercado interpretou a mensagem do comitê como uma indicação mais dura em relação à retirada dos estímulos.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186732](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186732)